

Benito Roggio Transporte Sociedad Anônima

CNPJ nº 11.650.747/0001-01 - NIRE nº 35500067863

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em Reais)

A Sociedade está devidamente autorizada a funcionar no país, conforme portaria do SCS nº 10 de 16/09/2009, e consoante parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, faz a seguinte publicação: Peças contábeis referentes às atividades no Brasil pelo exercício econômico findo em 31/12/2021. João Carlos Mingrone Bruno, CPF 126.578.808-19 - Representante Legal no Brasil.

Balanco Patrimonial (Em Reais)		31/12/2021	31/12/2020	Balanco Patrimonial (Em Reais)		31/12/2021	31/12/2020	Demonstração do Fluxo de Caixa (Em Reais)		31/12/2021	31/12/2020
Ativo/Circulante				Passivo/Circulante				Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Caixa e equivalentes de caixa	5.525	11.077		Emprestimos e financiamentos	-	5.516		Prejuízo do exercício			
Adiantamentos	-	781		Obrigações fiscais	8	11		Despesas que não afetam o caixa:			
Outras contas a recuperar	34.606	33.551		Outras contas a pagar	4.164	312		Depreciação			
Clientes	31.178	62.357		Partes relacionadas	-	543		Prejuízo do exercício ajustado pelos itens que não afetam o caixa			
Total do ativo circulante	71.309	107.766		Total do passivo circulante	4.172	6.382		(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Não Circulante				Não Circulante				Clientes			
Partes relacionadas	4.951.411	5.050.022		Partes relacionadas	1.285.013	1.300.742		Adiantamentos diversos			
Investimentos	1.048.381	1.048.381		Emprestimos e financiamentos	-	71.423		Partes relacionadas			
Ativo imobilizado	2.716	3.593		Total do passivo não circulante	1.285.013	1.372.165		Impostos a recuperar			
Outros créditos	2.114	-		Patrimônio Líquido				Outros créditos			
Total do Ativo Não Circulante	6.004.623	6.101.996		Capital destinado as operações no país	4.400.000	4.400.000		Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Total do Ativo	6.075.931	6.209.762		Lucros acumulados	386.747	431.215		Obrigações fiscais e sociais			
				Total do patrimônio líquido	4.786.747	4.831.215		Outras obrigações a pagar			
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.075.931	6.209.762		Partes relacionadas			
								Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais			
								Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
								Emprestimos e financiamentos			
								Caixa gerado nas atividades de financiamento			
								Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
								Caixa e equivalentes de caixa - no início das atividades			
								Caixa e equivalentes de caixa - no fim das atividades			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: Benito Roggio Transporte Sociedad Anônima, com sede na República Argentina, é uma sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do artigo 1.134 e seguintes do Código Civil, conforme autorização do Poder Executivo Federal, Portaria SCS nº 10, de 16/09/2009. As atividades preponderantes da Sociedade no Brasil são serviços de assessoria ou operação, manutenção e ampliação de sistemas de transporte metro-ferroviário, incluindo a participação em empreendimentos que tenham por objeto essas atividades.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As atividades no Brasil são conduzidas por estabelecimento subordinado, intitulado sucursal ou filial. Esse estabelecimento mantém registros contábeis em reais, e contabiliza as operações realizadas no território nacional, de modo a apurar o resultado das mesmas, de maneira segregada e independente, em relação às atividades da Sociedade no exterior. As demonstrações contábeis ora apresentadas surgem desses registros e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseando-se nas disposições contidas na normativa pertinente.

3. Principais Perdas Contábeis: Ativos circulante e não circulante: São apresentados ao valor de custo ou de

realização, dos dois o menor. As participações societárias estão avaliadas ao custo histórico, já que a Sociedade não possui influência significativa nas participadas. **Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **Aparação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas no resultado, de acordo com o regime de competência, e estão estritamente associadas com a atividade desenvolvida no Brasil. **4. Partes relacionadas:** O saldo da conta de ativo se refere à posição com a Casa Matriz no exterior de R\$ 4.437.547 (2020: R\$ 5.050.022) e os saldos das outras contas de ativo e passivo a operações com outras sociedades vinculadas no país. **5. Investimentos:** Corresponde aos valores integralizados em (1) Concessionária do VLT Carioca S.A., onde a Sociedade possui participação no capital social

de R\$ 668.381. A Concessionária presta serviços de transporte no modal Veículo Leve sobre Trilhos - VLT nas regiões centrais e portuária do Rio de Janeiro, conforme contrato de parceria pública privada com o Município do Rio de Janeiro. O projeto encontra-se em fase de planejamento operacional; (2) Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A., onde a participação da Sociedade no capital social monta em R\$ 380.000. Esta Concessionária tem como objeto a implementação de linha de metrô São Paulo - São Bernardo do Campo, mediante contrato de parceria pública privada com o Estado de São Paulo, assinado em 2014. Em 05 de agosto de 2020 a Concessionária foi notificada de ato do Poder Concedente declarando extinto o contrato, tendo posteriormente apresentado requerimento de instauração de arbitragem, na forma da cláusula contratual pertinente, ora em andamento. **6. Patrimônio Líquido:** Em 31.12.2021 o capital destinado às operações no País, conforme aprovado pela Portaria SCS nº 9/2013 é de R\$ 4.400.000, e está devidamente registrado junto ao Banco Central do Brasil, na qualidade de investimento estrangeiro direto.

João Carlos Mingrone Bruno - Representante Legal - CPF 126.578.808-19

Rodney Monteiro Meles - Contador - CRC 01SP132.178/0-5

Ato de Deliberação do Representante Legal: Em 04/03/2022, o Representante Legal no Brasil, nomeado na forma do artigo 1.138 do Código Civil, delibera a aprovação para todos os fins de direito, das peças contábeis referentes às atividades no Brasil, levantadas para atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1.140 do Código Civil, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, SP, João Carlos Mingrone Bruno, CPF 126.578.808-19. Representante Legal no Brasil.

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 6/2022 - CSSM**

Processo: 006/2022/CSSM. Objeto: CONSTRUÇÃO DA ALA BEATA MARIA ANNA SALA DA CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA. Endereço: BR 364 KM 17 Sentido Cuiabá - Porto Velho/RO. Edital: o edital, bem como todas as peças técnicas que o acompanham, se encontram no site www.santamarcelina.org/Portal da Transparência/Porto Velho/Cotação Prévia, Valor da Obra: R\$ R\$ 720.628,41 (setecentos e vinte mil e seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos). Entrega da Proposta: Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas deverão ser entregues à Casa de Saúde Santa Marcelina, BR 364 KM 17 Sentido Cuiabá - Caixa Postal 313 - CEP: 76.801-974 até a data de 30/03/2022 às 10:00hs.

Porto Velho, 14 de março de 2022.
LINA MARIA AMBIEL
Diretora

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Ativo	2021	2020
Ativo	42.262.316,85	37.272.123,13
Circulante	41.505.017,77	36.400.577,43
Caixa E Equivalentes De	16.726.717,23	31.357.060,09
Bancos/caixa - com Restrição	3.018.464,45	5.033,97
Aplicações Financeiras- com Restrição	13.708.252,78	31.352.026,12
Outros Valores a Receber	24.778.300,54	5.043.517,34
Clientes	24.071.545,00	4.399.695,00
Adiantamento fornecedores a	495.344,49	491.463,18
Caução contrato - CTEX	0,00	8.087,78
Impostos a recuperar	3.965,78	0,00
Adiantamento de férias	136.335,22	119.875,40
Outros créditos	26.332,96	1.493,10
Despesas diferidas	44.777,09	22.902,88
Não Circulante	757.299,08	871.545,70
Imobilizado	739.969,93	867.847,80
Bens próprios com restrição (-) Depreciações acumuladas	4.307.915,77	4.158.754,40
	(3.567.945,84)	(3.290.906,60)
Intangível	17.329,15	3.697,90
Sistemas Aplicativos - Software - com restrição	1.093.707,46	1.063.663,12
(-) Amortizações acumuladas	(1.076.378,31)	(1.059.965,22)

Passivo	2021	2020
Passivo	42.262.316,85	37.272.123,13
Circulante	6.325.281,23	7.950.712,15
Encargos sociais a recolher	472.861,42	567.683,15
Encargos tributários a recolher	447.922,51	409.285,92
Fornecedores	575.210,29	1.090.452,82
Provisão para férias e encargos	1.736.551,83	1.605.778,62
Provisão contratos de serviços	2.888.897,71	4.219.254,88
Outras contas a pagar	203.837,47	58.256,76
Não Circulante	3.361.131,84	2.058.129,15
Provisão para Contingências	1.681.086,67	2.058.129,15
Provisão para riscos fiscais	1.681.086,67	2.058.129,15
Parcelamentos	1.680.045,17	0,00

Parcelamentos fiscais	1.680.045,17	0,00
Patrimônio Social Líquido	32.575.903,78	27.263.281,83
Reservas	1.450.000,00	3.632.889,94
Reserva técnica - com restrição	1.450.000,00	3.632.889,94
Superávit Acumulados	31.125.903,78	23.630.391,89
Superávit/déficit Acumulados - com restrição	24.852.493,98	35.429.180,91
Déficit/superávit do Exercício - com restrição	6.273.409,80	(11.798.789,02)

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

	2021	2020
(+) Receita Bruta	45.853.361,43	27.825.921,45
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de gestão	35.384.403,00	17.099.695,00
Recuperação de despesas/ressarcimento	457.754,08	5.799,95
Contratos administrativos - Serviços de terceiros	10.011.204,35	10.720.426,50
(-) Deduções da Receita Bruta	(520.569,88)	(270.906,60)
ISSQN sobre faturamento	(520.569,88)	(79.746,60)
CANCELAMENTO de notas fiscais	0,00	(191.160,00)
(=) Receita Líquida	45.332.791,55	27.555.014,85
(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	(28.328.521,85)	(25.649.474,72)
Despesas gerais e administrativas	(2.069.060,62)	(1.120.041,36)
Despesas com pessoal e encargos	(16.819.788,02)	(14.547.243,40)
Serviços de terceiros	(6.920.240,05)	(7.422.062,80)
Aluguéis e arrendamentos	(1.978.919,96)	(1.773.660,47)
Impostos, taxas e multas fiscais	(100.283,81)	(181.514,13)
Diárias	(31.795,21)	(58.200,00)
Passagens	(788,70)	(145.234,09)
Promoções e eventos	(80.734,00)	(34.957,30)
Outras despesas operacionais	(36.324,71)	(36.257,32)
Depreciações e amortizações	(290.586,77)	(329.683,85)
(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos	(11.308.646,91)	(14.280.869,12)
Despesas gerais e administrativas	(369.915,12)	(949.725,88)
Despesas com pessoal e encargos	(5.080.164,96)	(5.151.241,60)
Serviços de terceiros	(5.446.765,21)	(7.336.893,61)
Aluguéis e arrendamentos	(304.599,95)	(349.239,49)
Impostos, taxas e multas fiscais	(8.474,05)	(6.559,00)
Diárias	(6.930,11)	(48.037,41)
Passagens	(50.523,98)	(55.982,59)
Promoções e eventos	(35.045,00)	(79.194,70)
Outras despesas operacionais	(1.826,47)	(303.994,84)
Depreciações e amortizações	(4.402,06)	0,00
(=) Resultado Operacional Bruto	5.695.622,79	(12.375.328,99)
(+/-) Resultado Financeiro	577.787,01	576.539,97
Despesas financeiras - contrato de gestão	(319.310,90)	(224.622,51)
Despesas financeiras - outros contratos	(86.910,18)	(45.220,67)
Receitas financeiras - contrato de gestão	772.156,91	690.488,26
Receitas financeiras - outros contratos	211.851,18	155.894,89
Déficit/ Superávit do Exercício	6.273.409,80	(11.798.789,02)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	6.273.409,80	(11.798.789,02)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	294.988,83	329.683,85
Perdas por baixa de bens inservíveis	0,00	303.694,84



Provisão para contingências fiscais	1.303.002,69	113.343,90
Ajuste de exercícios anteriores	(960.787,85)	0,00
Baixa de bens depreciados	(637,50)	0,00
Variação nos saldos dos ativos:		
(Aumento)/Redução em clientes	(19.671.850,00)	16.750.305,00
(Aumento)/Redução em adiantamentos	(3.881,31)	(27.803,37)
(Aumento)/Redução em outras contas ativas	(59.051,89)	(21.338,57)
Variação nos saldos dos passivos:		
Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(56.185,14)	346.605,40
Aumento/(Redução) em fornecedores	(515.242,53)	400.277,42
Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	130.773,21	289.377,89
Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	(1.330.357,17)	2.728.390,87
Aumento/(Redução) em adiantamento de terceiros	0,00	(1.133.737,58)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/compensar	145.580,71	(8.787,95)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(14.450.238,15)	8.271.222,68
2 - Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(150.060,37)	(415.512,62)
(-) Compra do Ativo Intangível	(30.044,34)	(14.977,97)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(180.104,71)	(430.490,59)
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(14.630.342,86)	7.840.732,09
3 - Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	31.357.060,09	23.516.328,00
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.726.717,23	31.357.060,09

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2019	6.398.117,75	22.742.397,48	9.921.555,62	39.062.070,85
Incorporação do Superávit 2019	22.742.397,48	(22.742.397,48)	0,00	0,00
Redução da Reserva Técnica	6.288.665,68	0,00	(6.288.665,68)	0,00
Déficit do Exercício	0,00	(11.798.789,02)	0,00	(11.798.789,02)
Saldo em 31/12/2020	35.429.180,91	(11.798.789,02)	3.632.889,94	27.263.281,83
Incorporação do Déficit 2020	(11.798.789,02)	11.798.789,02	0,00	0,00
Redução da Reserva Técnica	2.182.889,94	0,00	(2.182.889,94)	0,00
Ajustes ao Resultado de Exercícios Anteriores	(960.787,85)	0,00	0,00	(960.787,85)
Superávit do Exercício	0,00	6.273.409,80	0,00	6.273.409,80
Saldo em 31/12/2021	24.852.493,98	6.273.409,80	1.450.000,00	32.575.903,78

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (valores expressos em reais)

Nota 1 - Informações gerais - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília - DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 31 de dezembro de 2021. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação - MEC foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2021 que forem aplicáveis a entidade e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "I" da Lei 9.637/98. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, em que o instrumento da relação entre o poder público é o Contrato de Gestão o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços. Todavia, os recursos financeiros recebidos continuam públicos, para finalidade pública, geridos por entidade privada. Dentro desse conceito e atendendo ao dispositivo legal mencionado no primeiro parágrafo. O Centro apresenta suas demonstrações contábeis respeitando o princípio contábil da competência, considerando as receitas e despesas incorridas no exercício. Tendo como particularidade operacional a previsão de receitas, oriundas dos órgãos fomentadores, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Estes instrumentos contratuais, historicamente, são assinados no final do exercício, mas referem-se a orçamento retroativo ao primeiro dia do ano. Esse lapso temporal provoca antecipação de gastos com previsão incerta de receitas visto que, as dotações orçamentárias podem sofrer variação no curso do exercício, por mais que haja previsão na Lei Orçamentária Anual - LOA. Diante desse cenário o registro de despesas em contrapartida a uma

conta ATIVA ou a uma conta PASSIVA fica prejudicado, pois não se identifica, claramente, na operação do CGEE adiantamento de recursos para registro de uma contrapartida PASSIVA e por outro lado, se for realizado o registro de uma conta ATIVA há o risco de não realização pelo grau de incerteza no recebimento. Nesse sentido, as normas contábeis são aplicadas no CGEE observando o seu contexto operacional de forma que reflita a sua realidade fática.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos (quando aplicável) provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, e o cálculo das depreciações dos bens do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado - Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis - Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2021 que forem aplicáveis a entidade. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa - O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2021	2020
Bancos/Caixa - Recursos com restrição - Contrato Administrativo	15.464,45	1.900,78
Bancos/Caixa - Recursos com restrição - Contrato de Gestão	3.003.000,00	3.133,19
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com restrição - Contratos de Gestão	11.067.390,08	25.789.211,86
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com Restrição - Contratos Administrativos	2.640.862,70	5.562.814,26
Total	16.726.717,23	31.357.060,09

Nota 5 - Clientes a Receber - Essa conta registra o valor a receber em 2021 no montante de R\$ 24.071.545,00, distribuído da seguinte forma: a) Ministério da Educação - MEC relativo ao 29º Termo Aditivo no valor de R\$ 2.330.391,00; b) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI relativo ao 27º (R\$ 600.000,00), parte do 28º (R\$ 11.053.000,00) e R\$ 10.088.154,00 referente ao 31º Termo Aditivo.

Nota 6 - Adiantamento a Fornecedores - Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 495.344,49 (R\$ 491.463,18 - 2020).

Nota 7 - Imobilizado e Intangível - Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2021	2020
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	2.354.091,17	2.256.715,38
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	104.994,75	60.553,45
Móveis e Utensílios	10%	654.001,02	654.001,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	312.414,41	305.070,13
Benfeitoras em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações	-	(3.567.945,84)	(3.290.906,60)
Subtotal do Imobilizado	-	739.969,93	867.847,80
Intangível			
Sistemas Aplicativos - Software	20%-100%	1.093.707,46	1.063.663,12
(-) Amortizações	-	(1.076.378,31)	(1.059.965,22)
Subtotal do Intangível	-	17.329,15	3.697,90
Total do Imobilizado e Intangível	-	757.299,08	871.545,70

Nota 8 - Fornecedores a Pagar: O saldo provisionado relativo a fornecedores de bens e serviços faturados em 2021 corresponde a R\$ 575.210,29 (R\$ 1.090.452,82 - 2020).

Nota 9 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2021 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.736.551,83 (R\$ 1.605.778,62 - 2020).

Nota 10 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2021, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2021 o valor correspondente a R\$ 2.888.897,71 a título de provisão (R\$ 4.219.254,88 - 2020).

Nota 11 - Outras Contas a Pagar

	2021	2020
Créditos a compensar	57.056,86	58.256,76
Totais	57.056,86	58.256,76



a) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignados dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.

Nota 12 - Provisão para Contingências - No ano de 2021 foram apropriadas despesas relativas a provisão a título de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira e o saldo acumulado até 2021 corresponde a R\$ 224.323,22. Adicionalmente foi provisionado o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS referente a Recursos oriundos do exterior (PNUMA) no total acumulado até 2021 de R\$ 1.456.763,45.

Nota 13 - Parcelamentos Fiscais - No ano de 2021 foram realizados dois parcelamentos fiscais relativos aos processos que tramitam junto a Receita Federal do Brasil - RFB de nºs 10.166.722.724/2011-30 e 10.166.722.722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 e referem-se a multas pela falta de retenção de IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". O saldo devedor em 2021 corresponde a R\$ 1.680.045,17.

Nota 14 - Patrimônio Social Líquido - O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro

operacional do Contrato de Gestão e dos Contratos Administrativos no resultado da Instituição (patrimônio líquido) e não em conta passiva por tipo de contrato, por entender que o CGEE opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como Organização Social - OS subordinada a aplicação da Lei 9.637/98 e que numa possível desqualificação ou extinção da instituição todo o seu patrimônio será revertido aos órgãos fomentadores independentemente da forma de registro contábil, note-se que a apuração do resultado operacional por meio da Demonstração de Resultado do Exercício - DRE é apresentada separando os saldos por tipo de Contrato. Sendo assim, entende-se que todo o patrimônio do Centro é passível da restrição legal e não apenas a "possível" restrição contratual. Dessa forma, o patrimônio poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para os entes fomentadores ou instituição semelhante. a) Déficit/Superávit - O resultado operacional do Centro em 2021 foi positivo, resultando em um Superávit de R\$ 6.273.409,80 (R\$ 11.798.789,02 - Déficit 2020). b) Reserva Técnica - O saldo da reserva Técnica para o ano de 2021 é de R\$ 1.450.000,00 (R\$ 3.632.889,94 - 2020).

Nota 15 - Receitas - a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2021 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 35.384.403,00 (R\$ 17.099.695,00 - 2020). b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2021 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 10.011.204,35 (R\$ 10.720.426,50 - 2020). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2021	2020
Adam Smith Internacional	652.600,00	0,00
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	0,00	669.060,00
CTEX - Centro Tecnológico do Exército	0,00	451.075,85
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	549.604,35	665.956,18
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	8.809.000,00	8.934.334,47
Totais	10.011.204,35	10.720.426,50

c) Receitas Financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2021 uma receita financeira de R\$ 984.008,09 (R\$ 846.383,15 - 2020), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Rendimentos de Aplicações Financeiras	768.657,59	211.851,18
Descontos obtidos	3.499,32	0,00
Totais	772.156,91	211.851,18
Total Geral	984.008,09	

Nota 16 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE corresponderam ao montante de R\$ 40.043.389,84 (R\$ 40.200.187,02 - 2020), sendo R\$ 28.647.832,72 (R\$ 25.874.097,23 - 2020) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 11.395.557,09 (R\$ 14.326.089,79 - 2020) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 17 - Evento Subsequente - COVID-19 - A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais no Brasil, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais o CGEE está sujeito, aguarda-se medidas econômico-fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários.

Nota 18 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Compromissos e créditos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.020.989,18 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 54.941.750,21 que não configura no resultado do exercício em 2021, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes. c) Normas e procedimentos internos - Em procedimento de auditoria externa realizado no período foi detectado que o fornecedor contratado pelo CGEE para a prestação de serviços terceirizados de mão de obra relativos a: coteira, recepção e garçoneria. Apresentou documentos fiscais em desacordo com legislação vigente. Diante desse fato, o Centro iniciou um processo de apuração das responsabilidades e possíveis impactos.

Brasília, DF 31 de dezembro de 2021
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34
MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor-Presidente do CGEE/OS
CPF 618.397.877-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE Brasília - DF Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE - "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que podem decorrer do assunto mencionado na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para Opinião com ressalva - Não adoção integral das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros). De acordo com nota explicativa 2, a Entidade adotou parcialmente a Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros) na elaboração das suas demonstrações contábeis. Ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes decorrentes da aplicação integral da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) sobre as demonstrações contábeis apresentadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal e Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior - O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 12 de fevereiro de 2021, sem ressalva. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis - A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: G Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. G Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. G Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. G Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. G Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, DF 10 de fevereiro de 2022.
MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4
RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS
Contador CRC DF-015504/O-2
MARCOS DE OLIVEIRA PEREIRA
Contador CRC DF-027109/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2022, por meio de sala virtual (ferramenta RNP), foi realizada a sexagésima sexta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando a opinião dos Auditores Independentes, em seu relatório de auditoria, bem como os esclarecimentos prestados pelo Diretor de Administração e Finanças e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 11 de fevereiro de 2022.
LUIZ ALBERTO DE FREITAS BRANDÃO HORTA BARBOSA
Presidente
LAUDIR FRANCISCO SCHMITZ
Conselheiro
EDUARDO GOMES PEREIRA
Conselheiro
IZABELLA DA COSTA LEAL
Conselheira

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2021

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) chega ao final de 2021 com resultados positivos em direção do seu fortalecimento como organização relevante do SNTCI, em um ano em que celebrou os seus 20 anos de existência. Destacam-se algumas ações conduzidas no âmbito do Contrato de Gestão: i) apoiar a implantação da Política Nacional de Inovação (PNI) por meio do apoio técnico aos seus mecanismos de governança coordenados pelo MCTI; ii) ampliar, significativamente, as áreas de observação sistemática da evolução da ciência e da tecnologia no Brasil e no mundo, além das relações entre formação de recursos humanos e empregabilidade com foco nos impactos das novas tecnologias no mercado de trabalho presente e futuro; iii) apoiar o programa espacial brasileiro na identificação de tecnologias de interesse para as instituições nacionais que atuam nessa área; iv) dar continuidade ao apoio ao MCTI no fortalecimento das Unidades



de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao ministério; v) a identificação e descrição de novos formatos para o financiamento da CT&I nacional, com foco em fontes de financiamento extraorçamentárias; vi) apoiar o MEC no desenvolvimento de um plano nacional de ensino à distância, com o envolvimento de especialistas em educação e se valendo de experiências relevantes de instituições de ensino do exterior; vii) a entrega do mapa setorial da conectividade à Internet para o MCOM; e viii) a continuidade dos trabalhos de modernização administrativa do CGEE, com ênfase para a digitalização de todos os processos administrativos da casa. Importante mencionar as iniciativas lideradas pelo MCTI de engajamento do CGEE no provimento de insumos técnicos para os Comitês Gestores do Fundos Setoriais e para as Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, ambas iniciativas fortemente ligadas à missão e aos objetivos institucionais do Centro. Projetos e Serviços em andamento, assim como os novos introduzidos em aditivos firmados ao final do ano, seguem na direção de manter o sentido estratégico do CGEE nas suas áreas de atuação. Com destaque para (i) o lançamento da plataforma do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) na Internet, com os primeiros panoramas da produção científica do Brasil e do mundo a partir de fontes de informação internacionais de alta qualidade. Um passo importante para a gestão do SNCTI em áreas prioritárias; (ii) a continuidade do apoio à Gestão estratégica do SNCTI, em particular para a geração de subsídios técnicos para a Câmara de Inovação, órgão de governança da Política Nacional de Inovação composto por 11 ministérios, que deram origem ao plano de ação da Estratégia Nacional Inovação e estudos realizados para acelerar a transformação digital no Brasil a partir de quatro verticais: saúde; agropecuária; indústria; e cidades inteligentes, sustentáveis e turismo, além do apoio técnico para a elaboração da proposta da Estratégia Brasileira para Transformação Digital - E-digital; (iii) a ampliação de informações sobre formação e emprego no País providas pelo Observatório de Recursos Humanos para a CTI (RHCTI); (iv) a continuidade do apoio do CGEE às unidades vinculadas ao MCTI, unidades de pesquisa e organizações sociais, na busca do fortalecimento do sistema por elas formado; (v) o mapa setorial da conectividade à Internet no território nacional, demanda do MCOM dentro do Contrato de Gestão; (vi) o apoio técnico prestado à SESu/MEC na elaboração participativa do Plano Nacional de Ensino à Distância nas Instituições de Ensino Superior federais; (vii) o apoio na realização do Seminário Internacional para discutir a criação do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB); (viii) o apoio técnico do Centro para a criação e lançamento da plataforma INVESTMCTI em evento online transmitido pelo canal no Youtube desse ministério; e (ix) os trabalhos de gestão da Política de Qualidade do Centro, com consequente manutenção da certificação ISO 9001 para o ciclo de projetos conduzidos pelo Centro, uma credencial importante para aqueles que buscam os trabalhos do CGEE, dentro e fora do âmbito do Contrato de Gestão; O Órgão Supervisor (MCTI) comunicou à direção do CGEE a impossibilidade de renovação do Contrato de Gestão em 2021. Esforços foram dedicados à elaboração, proposição e negociação de 4 termos aditivos com o MCTI e dois com o MEC. Ainda não foi possível se discutir e implantar o Conselho Consultivo trazido pelo novo Estatuto do CGEE, desenhado para o aconselhamento de especialistas nas suas áreas nodais de atuação.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.15 da Portaria MCTI nº 1.917/2020, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2021 a serem reprogramados para 2022.

Saldos Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2021 - Quadro Resumo*	
Saldos de exercícios anteriores	14.400.002,58
Créditos Líquidos recebidos no exercício 2021	30.364.895,84
Subtotal (A)	44.764.898,42
Desembolsos/Dispêndios no exercício 2021	28.479.121,99
Subtotal (B)	28.479.121,99
Créditos a receber	45.018.545,00
Compromissos a pagar	(8.133.338,24)
Subtotal (C)	36.885.206,76
Total (A-B+C)	53.170.983,19
Saldo a reprogramar (A-B+C)	53.170.983,19
Composição:	
Reserva Técnica	1.450.000,00
Saldo de ações a serem continuadas	19.930.690,63
Saldo de ações concluídas	59.759,45
Superavit a repactuar	31.730.533,11
Total Composição Saldo	53.170.983,19

*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2021.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora do CGEE/OS
CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34
MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor-Presidente do CGEE/OS
CPF 618.397.877-91

CENTRO INTERNACIONAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS BIOGÁS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO nº. 040/2022 - CIBiogás-ER

O Centro Internacional de Energias Renováveis, CNPJ: 018.366.966/0001-02, TORNA PÚBLICO aos interessados que em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 8.666/93 e conforme as informações constantes no Parecer Jurídico nº. 03/2022, fica dispensada a licitação para contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de materiais elétricos para construção e extensão de rede elétrica de média tensão da Central de Bionergia de Toledo. Fornecedor: VOLTAICA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, CNPJ: 017.317.842/0001-74. Valor: R\$ 526.956,00 (quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais). Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93

Foz do Iguaçu/PR, 14 de março de 2022
MICHELLI FREGNANI
Diretora Administrativa Financeira

CMM - CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DA MOGIANA

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

Objeto: aquisição e implantação, com treinamento e acompanhamento operacional, de uma usina de triagem mecanizada (utm) de resíduos sólidos urbanos (RSU) para tratamento de resíduos provenientes da coleta indifferenciada praticada no âmbito do CONSÓRCIO, de acordo com o convênio Nº 00045/2021-MMA, firmado entre o CONSÓRCIO E GOVERNO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CONFORME, conforme edital e anexos. Às 16:24 horas do dia 10 de março de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VINICIUS MAGNO FILGUEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 002/2022, Pregão nº 0002/2022. Resultado da Homologação:- 1 - BIOSECTOR COMERCIAL LTDA, no item 01, com valor global de R\$ 7.035.000,00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021 (SRP)

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de máquinas pesadas, caminhões e equipamentos, em atendimento às necessidades dos municípios consorciados, conforme edital e termo de referência. As 10:18 horas do dia 10 de março de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VINICIUS MAGNO FILGUEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 005/2021, Pregão nº 0004/2021. Resultado da Homologação:- 1 - THALES A. C. SILVA EIRELI, no(s) seguinte(s) item(ns) 01, 03, 04, 16, 17, com valor total de R\$ 35.729.306,00; 2 - MOVA BRASIL AMBIENTAL LTDA, no(s) seguinte(s) item(ns) 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26 com valor total de R\$ 128.694.766,91; 3 - OTIMIZE CONSTRUTORA EIRELI, no(s) seguinte(s) item(ns) 02, 05, 06 e 24, com valor total de R\$ 47.251.419,00 e 4 - ERA-TECNICA ENGENHARIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, no(s) seguinte(s) item(ns) 11, com valor total de R\$ 20.679.432,58.

VINICIUS MAGNO FILGUEIRA
Presidente

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DA MOGIANA - CMM - Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de máquinas pesadas, caminhões e equipamentos, em atendimento às necessidades dos municípios consorciados, conforme edital e termo de referência - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2021 - Assinatura: 10/03/2022 - Vigência: 10/03/2023, sendo: AJUSTE / ATA DE REGISTRO CONTRATADA VALOR 007/2022 THALES A. C. SILVA EIRELI R\$ 35.729.306,00 - 008/2022 MOVA BRASIL AMBIENTAL LTDA R\$ 128.694.766,91 - 009/2022 OTIMIZE CONSTRUTORA EIRELI R\$ 47.251.419,00 - 010/2022 ERA-TECNICA ENGENHARIA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA R\$ 20.679.432,58.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: CONEXÃO CHINELOS - CONFECÇÕES EIRELI - ME, CNPJ: 20.919.806/0001-95; Processo: 741/22; Ata RP nº 06/CPB/2022; Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para prestação de serviço de confecção e fornecimento de camisetas personalizadas; Valor Total: R\$1.165.980,00 (um milhão cento e sessenta e cinco e novecentos e oitenta reais); Vigência: 12 (doze) meses; Assinatura: 23/02/2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL (BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS); CNPJ: 28.196.889/0001-43.; Processo: 433/18; Objeto Prorrogação da vigência da Prestação de Serviço de Seguro de Vida em Grupo; Valor: Valor Global R\$ 203.982,48 (duzentos e três mil novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos); Vigência: 12 (doze) meses; Assinatura do Contrato: 01/03/2022.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

RETIFICAÇÃO

Referente ao EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, publicado no DOU de 14/03/2022, página 201, seção 3.
ONDE SE LEIA
<https://u02web.zoom.us/j/85333923858?pwd=OTdaanR6RjVlUkV0w4ZHpR2mdqcklXU09para> para tratar da seguinte Ordem do Dia.
ONDE SE LEIA
<https://u02web.zoom.us/j/85333923858?pwd=OTdaanR6RjVlUkV0w4ZHpR2mdqcklXU09para> para tratar da seguinte Ordem do Dia.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022

a) Objeto: Aquisição de licenças no modelo de subscrição do produto Darktrace Antigena para 3 (tres mil) dispositivos em conformidade com o Termo de Referência e demais anexos do instrumento convocatório. b) Data de abertura: 29/03/2022 às 10h. c) Local: <http://portaldecompras.sistemaindustria.org.br/> d) Edital disponível: no site <http://portaldecompras.sistemaindustria.org.br/> e) Informações: (61) 3317-9091 e (61) 3317-9027.

Brasília - DF, 14 de março de 2022.
ANTONIO JORGE RODRIGUES DA SILVA
p/ Comissão Permanente de Licitação

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL

O Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe confere o presente Estatuto Social, convoca os Delegados representantes das Federações filiadas, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para a Assembleia Geral Ordinária Virtual do Conselho Deliberativo, nos termos do § 1º, do inciso I, c/c, alínea c do inciso II, ambos do art. 18 do Estatuto Social, a realizar-se no dia 23/03/2022, com início às 16h00 em primeira convocação, com no mínimo 2/3 dos delegados representantes, ou, em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número de delegados presentes, para discutirem a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Discutir e deliberar sobre o Relatório de Execução do Plano de Trabalho e a Prestação de Contas da Diretoria, composta por Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário, instruídos com o parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício encerrado em 31/12/2021.

Brasília - DF, 14 de março de 2022.
DIVANZIR CHIMINACIO

